

|: fl. 53

Anexo ao Balanço de 31 de Dezembro de 2009

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Prévia

1. Com vista ao cumprimento do estipulado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, foi elaborado o presente balanço, de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no plano de contabilidade supra referenciado.

Neste contexto, foram tomadas todas as medidas e preceitos legais aplicáveis, de modo a que o presente balanço represente, de forma fiel e rigorosa, a situação patrimonial do Município de Albufeira em 31 de Dezembro de 2009.

2. As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo POCAL com excepção das rubricas 8.2.1., 8.2.2., 8.2.4., 8.2.5., 8.2.10., 8.2.11., 8.2.13., 8.2.17., 8.2.18., 8.2.20., 8.2.21., 8.2.23., 8.2.24., 8.2.25. e 8.2.30., por não serem aplicáveis.

8.2.3. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram:

a) Imobilizado Corpóreo

Os bens do activo imobilizado foram registados ao custo de aquisição ou construção (IVA incluído, por não ser dedutível, nas imobilizações que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que, este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA).

As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) – Portaria n.º 671/2000 de 17 de Abril (2.ª Série).

Todos os bens do activo imobilizado foram amortizados às taxas legais aplicáveis.

b) Existências e Materiais Diversos

As contas de existências registam o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível, nas aquisições que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que, este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA), relativo aos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e à incorporação material nos produtos finais, tendo sido adoptado o sistema de inventário permanente.

O método de custeio das saídas adoptado foi o Custo Médio Ponderado (CMP), por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis e destinados ao consumo.

c) Dívidas de Terceiros

No que se refere às dívidas de terceiros, nomeadamente as provisões constituídas de modo a fazer face às dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa foi adoptado o seguinte critério estabelecido no POCAL:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Quanto às provisões para fazer face a riscos e encargos inerentes a processos judiciais em curso, foi utilizado o critério tipificado pelo POCAL.

d) *Acréscimos e diferimentos*

Nota introdutória:

Esta conta destina-se a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam.

271 - Acréscimos de proveitos:

Esta conta serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

2711 – Juros a receber:

Nesta conta foram registados os juros de depósitos a prazo ou outras aplicações relativos ao exercício, mas que o Banco creditará apenas no exercício seguinte.

272 – Custos diferidos:

Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afectar directamente a respectiva conta de custos.

273 - Acréscimos de custos:

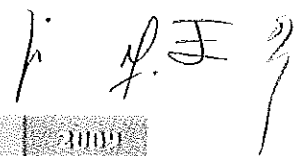
Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer-se em exercício ou exercícios posteriores.

2732 - Remunerações a liquidar:

Compreende, entre outras, as remunerações (e respectivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorra no ano seguinte.

Nesta conta, foram registados os valores correspondentes a estimativa dos custos com remuneração do período de férias, o subsídio de férias, os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de conta do Município, uma vez que, as despesas com férias, subsídios de férias e respectivos encargos são custos do exercício a que se reportam os direitos respectivos.

Assim, em 31 de Dezembro de 2009 vence-se o direito dos trabalhadores às férias e subsídio de férias, que vão ser pagas em 2010, sendo tal direito uma obrigação do Município em 31 de Dezembro de 2009.



Para dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, ao direito às férias e subsídio de férias e respectivos encargos vencidos em 31 de Dezembro, deve ser dado o tratamento contabilístico presentemente adoptado no Balanço.

274 - Proveitos diferidos:

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 - Subsídios para investimentos:

Incluem-se nesta conta os subsídios associados com activos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de Capital» à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.

Assim, foram contabilizados nesta conta, os subsídios recebidos nos últimos anos, por subsídios ao investimento, no âmbito do Fundo de Coesão, do FEDER e do FEOGA.

8.2.6. No que concerne as “Despesas de investigação e de desenvolvimento” podemos referir que as mesmas dizem respeito a Projectos de Arquitectura Paisagista, Projecto “Museu do Barrocal”, Projectos de Alteração das Instalações do Arquivo Histórico, Planos de Emergência, Plano Operacional Municipal, Projecto de Segurança contra Incêndios, Carta Energética de Albufeira, Cadastro Geométrico da Propriedade do Concelho de Albufeira, Estudos Arqueológicos e Antropológicos, Planos de Urbanização e Cadastro do Sistema de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais e Pluviais do Concelho de Albufeira.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

8.2.7

Activo bruto

Ano: 2009

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

| Rubricas | Reavaliação / | | | | | Un. € | |
|--|-----------------------|----------------------|------------------|-----------|-------------------|---------------|-----------------------|
| | Saldo inicial | Aumentos | Alienações | Sinistros | Abates | | Transferências |
| De bens de domínio público: | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 623.741,75 | 176.508,15 | | | | | 800.249,90 |
| Edifícios | | | | | | | |
| Outras construções e infra-estruturas | 126.266.868,11 | 384.107,58 | | | | 4.202.127,58 | 130.853.103,27 |
| Bens do património histórico, artístico e cultural | 27.000,00 | 164.610,00 | | | | | 191.610,00 |
| Outros bens de domínio público | 3.220.973,38 | 417.656,85 | | | | | 3.638.630,23 |
| Imobilizações em curso | 14.283.690,82 | 18.532.484,21 | | | | -4.202.127,58 | 28.614.047,45 |
| Adiantamentos por conta de bens de domínio público | 28.500,00 | 9.566,94 | | | | | 38.066,94 |
| | 144.450.774,06 | 19.684.933,73 | | | | 0,00 | 164.135.707,79 |
| De imobilizações incorpóreas: | | | | | | | |
| Despesas de instalação | | | | | | | |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | 234.619,28 | 225.292,50 | | | | | 459.911,78 |
| Propriedade industrial e outros direitos | 611.025,94 | 240.654,44 | | | | | 851.680,38 |
| Imobilizações em curso | 1.182.735,50 | 9.458,40 | | | | | 1.192.193,90 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas | | | | | | | |
| | 2.028.380,72 | 475.405,34 | | | | | 2.503.786,06 |
| De imobilizações corpóreas: | | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 3.090.437,06 | | 59.756,00 | | | | 3.030.681,06 |
| Edifícios e outras construções | 57.176.067,21 | 613.381,99 | | | | 1.880.783,77 | 59.670.232,97 |
| Equipamento básico | 10.407.732,34 | 928.577,08 | | | 32.443,96 | | 11.303.865,46 |
| Equipamento de transporte | 3.268.152,75 | 545.264,02 | | | 12.952,16 | | 3.800.464,61 |
| Ferramentas e utensílios | 183.457,15 | 21.978,63 | | | | | 205.435,78 |
| Equipamento administrativo | 8.067.105,40 | 564.662,64 | | | 106.986,97 | | 8.524.781,07 |
| Taras e vasilhame | | | | | | | |
| Outras imobilizações corpóreas | 2.057.507,03 | 206.482,65 | | | 641,14 | | 2.263.348,54 |
| Imobilizações em curso | 10.236.623,85 | 14.130.187,70 | | | | -1.880.783,77 | 22.486.027,78 |
| Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas | | | | | | | |
| | 94.487.082,79 | 17.070.534,71 | 59.756,00 | | 153.024,23 | 0,00 | 111.284.837,27 |
| De investimentos financeiros: | | | | | | | |
| Parte de capital | | | | | | | |
| Obrigações e títulos de participação | | | | | | | |
| Investimentos em imóveis: | 5.500.251,79 | | | | | | 5.500.251,79 |
| Terrenos e recursos naturais | | | | | | | |
| Edifícios e outras construções | | | | | | | |
| Outras aplicações financeiras: | | | | | | | |
| Depósitos em instituições financeiras | | | | | | | |
| Títulos de dívida pública | | | | | | | |
| Outros títulos | | | | | | | |
| Imobilizações em curso | | | | | | | |
| Adiantamentos por conta de investimentos financeiros | | | | | | | |
| | 5.500.251,79 | | | | | | 5.500.251,79 |

8.2.7

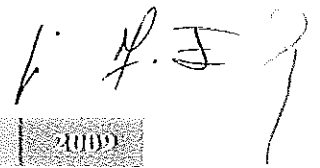
Amortizações e provisões

Ano: 2009

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Un. €

| Rubricas | Saldo inicial | Reforço | Regularizações | Saldo final |
|--|----------------------|---------------------|-------------------|----------------------|
| De bens de domínio público: | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras construções e infra-estruturas | 66.831.353,08 | 7.213.255,96 | 0,00 | 74.044.609,04 |
| Bens do património histórico, artístico e cultural | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros bens de domínio público | 404.964,60 | 147.672,44 | 0,00 | 552.637,04 |
| | 67.236.317,68 | 7.360.928,40 | 0,00 | 74.597.246,08 |
| De imobilizações incorpóreas: | | | | |
| Despesas de instalação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | 66.610,06 | 128.528,18 | 0,00 | 195.138,24 |
| Propriedade industrial e outros direitos | 279.181,46 | 124.462,94 | 0,00 | 403.644,40 |
| | 345.791,52 | 252.991,12 | 0,00 | 598.782,64 |
| De imobilizações corpóreas: | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | | | | |
| Edifícios | 3.556.935,66 | 741.216,86 | 0,00 | 4.298.152,52 |
| Outras Construções | 2.392.086,61 | 290.445,85 | 0,00 | 2.682.532,46 |
| Equipamento básico | 7.297.834,11 | 903.439,24 | 28.769,20 | 8.172.504,15 |
| Equipamento de transporte | 1.983.144,81 | 302.585,53 | 12.952,16 | 2.272.778,18 |
| Ferramentas e utensílios | 137.135,96 | 21.780,62 | 0,00 | 158.916,58 |
| Equipamento administrativo | 6.472.793,38 | 645.972,64 | 104.431,91 | 7.014.334,11 |
| Taras e vasilhame | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras imobilizações corpóreas | 1.618.639,76 | 111.155,37 | 641,14 | 1.729.153,99 |
| | 23.458.570,29 | 3.016.596,11 | 146.794,41 | 26.328.371,99 |
| De investimentos financeiros: | | | | |
| Parte de capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Obrigações e títulos de participação | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos em imóveis: | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Edifícios e outras construções | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras aplicações financeiras: | | | | |
| Depósitos em instituições financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Títulos da dívida pública | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros títulos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |



8.2.8. Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, estão desagregadas na relação do Património do Município de Albufeira, que será apresentado pela Secção de Património juntamente com a prestação de contas em apreço, de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

- Descrição do activo immobilizado;
- Indicação dos valores dos bens adquiridos;
- Datas de Aquisição;
- Valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta;
- Taxas de Amortização;
- Amortizações do exercício e acumuladas;
- Abates de elementos do activo immobilizado;
- Valores líquidos dos elementos do activo immobilizado.

8.2.9. No que diz respeito aos empréstimos obtidos para financiamento de immobilizações, podemos referir que, durante o ano de 2009, o valor pago para amortização de empréstimos é de € 1.378.792,55, sendo o montante pago em juros de empréstimos de € 727.026,75.

O saldo do capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo obtidos em 31 de Dezembro de 2009 é de € 28.697.697,80.

No ano 2008 foram consideradas amortizações extraordinárias, no valor total de € 25.812,24, efectuadas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, no âmbito do encerramento do Programa Operacional do Algarve 2000-2006, Eixo 1 – Medida 5.

Como tal, e de forma a fazer reflectir nas contas do Município, os valores referentes às amortizações extraordinárias atrás referidas procedeu-se, no ano de 2008, ao débito das contas 2312113 - Empréstimos Obtidos – De Médio e Longo Prazo – C.G.D. – 9015/001188/487/0019 (€ 23.590,77); 2312114 - Empréstimos Obtidos – De Médio e Longo Prazo – C.G.D. (€ 603,00); e 2312115 - Empréstimos Obtidos – De Médio e Longo Prazo – C.G.D. (€ 1.618,47), por contrapartida da conta 2749 – “Outros Proveitos Diferidos”:

Deste modo e, uma vez que esta amortização extraordinária diz respeito às bonificações que iriam ter lugar em 2009 e 2010, procedeu-se em 2009 à transferência

h. J. F. S.

do montante de 12.906,13 € para a conta 79885 – “Ganhos Amortizações Extraordinárias Empréstimos Bancário efectuadas por terceiros” por contrapartida da conta 2749 – “Outros Proveitos Diferidos”, bem como se procederá, em 2010, a transferência similar de acordo com o seguinte quadro:

| Transferências inerentes às seguintes amortizações extraordinárias | Ano de 2010 |
|--|--------------------|
| 2312113 - 9015/001188/487/0019 | 11.795,38 € |
| 2312114 - 9015/001190/687/0019 | 301,50 € |
| 2312115 - 9015/001191/487/0019 | 809,23 € |
| Total | 12.906,11 € |

As despesas realizadas inerentes a Empréstimos obtidos de médio e longo prazo constam do quadro seguinte.

h. p.f.

**ENDIVIDAMENTO
EMPRESÍMOS**

(De harmonia com o ponto n.º 3.3.6.1 do POCAL)

Ano: 2009
(Unidade: Euro)

Município de Albufeira

| Caracterização do empréstimo | N.º empréstimo | Entidade | Data de aprovação pela A. M. | Data de contratação do empréstimo | Prazo do contrato | Anos decorridos | Número do registro | Data do TC | Finalidade do Empréstimo (c) | Capital | | Taxa do juro | | Emprego de uso | | | | Divida em 1.º de Janeiro de 2009 | Divida em 31 de Dezembro de 2009 | Observações | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|--|------------|------------------------------|-----------------------------------|-------------------|-----------------|--------------------|------------|---|---------------|---------------|--------------|-----------|----------------|------------|------------|---------------------------|----------------------------------|----------------------------------|-------------|---------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | | | Contratado | Utilizado | Inicial | Actual | Amortização | Juros | Total | Juros a pagar e não pagos | | | | Juros a pagar | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total/A transportar | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0016/000026/687/0019 | C.G.D. | 30.03.09 | 17.06.03 | 25 | 15 | 24388 | 20.04.03 | Invest. Habit. Social abajgo do D.L. Nº 110/85 de 17 Abril (I) | 205.353,20 | 205.353,20 | 10,5000% | 3,800000% | 17.182,73 | 4.417,06 | 21.600,71 | | 181.293,69 | 184.000,05 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0016/000026/687/0019 | C.G.D. | 22.04.04 | 33.06.04 | 28 | 13 | 44046 | 00.05.04 | Invest. Habit. Social abajgo do D.L. Nº 110/85 de 17 Abril (I) | 746.379,53 | 746.379,53 | 7,7000% | 3,800000% | 34.088,24 | 11.417,60 | 45.505,83 | | 499.980,86 | 494.202,44 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0016/000027/687/0019 | C.G.D. | 31.07.08 | 28.06.08 | 15 | 12 | 62733 | 15.10.08 | Abajgo do abajgo da linha do endico do D.L. Nº 110/85 de 17 Abril (I) | 00.759,68 | 00.759,68 | 4,0600% | 4,20736% | 0.169,09 | 593,10 | 6.002,79 | | 25.992,54 | 16.362,86 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0016/000028/487/0019 | C.G.D. | 21.06.00 | 23.07.00 | 25 | 10 | 12335 | 07.07.00 | Invest. Habit. Social abajgo do D.L. Nº 110/85 de 17/04 o 25/07 de 0098 (I) | 870.220,00 | 845.780,63 | 3,050033% | 2,72100% | 47.093,78 | 15.731,70 | 62.766,48 | | 593.742,44 | 546.715,09 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0016/000019/687/0019 | C.G.D./SEI | 27.06.01 | 23.06.01 | 20 | 6 | 222901 | 00.00.01 | Investimento (N) | 3.242.188,33 | 3.242.188,33 | 4,050094% | 5,78974% | 135.676,30 | 142.598,00 | 278.174,80 | | 2.527.277,60 | 2.301.701,71 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0016/000019/687/0027 | C.G.D. | 20.04.02 | 21.06.02 | 20 | 7 | 128182 | 12.05.02 | Investimento (N) | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 4,204054% | 5,10893% | 239.001,55 | 148.790,46 | 308.792,03 | | 4.085.771,28 | 3.925.700,73 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 274/00224200.6 | B.E.S. | 20.04.02 | 12.06.02 | 20 | 7 | 128292 | 12.06.02 | Investimento (N) | 6.071.150,00 | 6.071.150,00 | 4,250000% | 4,15700% | 535.242,32 | 110.723,20 | 652.965,56 | | 4.589.659,59 | 4.021.871,24 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0015/00328.7.01 (0015/001160/687/0010) | C.G.D. | 20.06.03 | 20.06.03 | 20 | 6 | 30002 | 07.06.03 | Urbanizajgo, no âmbito da medida 1.5 do Programa - OGA III (D.L. 144/03 de 16/07) | 381.436,00 | 372.370,48 | 1,000000% | 5,09407% | 19.120,06 | 10.346,64 | 29.466,92 | | 288.001,51 | 287.681,23 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0015/00328.3.01 (0015/001100/687/0010) | C.G.D. | 20.06.03 | 20.06.03 | 8 | 6 | 40203 | 07.06.03 | Abastecimento de Água, no âmbito da medida 1.5 do Programa - OGA III (D.L. 144/03 de 16/07) | 20.383,00 | 24.382,78 | 1,000000% | 5,09407% | 3.892,80 | 492,87 | 4.285,67 | | 11.588,39 | 7.725,68 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0015/001302/687/0019 | C.G.D. | 30.09.03 | 10.00.03 | 15 | 3 | 12748 | 13.10.03 | Investimento (N) | 770.000,00 | 770.000,00 | 2,65769% | 5,01407% | 61.951,02 | 29.484,34 | 78.126,69 | | 627.075,20 | 676.013,67 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 0140/000168/687/0019 | C.G.D. | 30.09.03 | 08.10.04 | 15 | 5 | 254504 | 24.11.04 | Investimento (N) | 830.000,00 | 830.000,00 | 2,57200% | 5,01988% | 65.168,00 | 29.799,81 | 98.002,07 | | 760.833,34 | 601.699,08 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2001329030001 | BPI | 30.09.05 | 13.07.05 | 15 | 3 | 189295 | 20.07.05 | Investimento (N) | 900.000,00 | 900.000,00 | 2,20800% | 4,85900% | 62.965,72 | 28.130,70 | 91.116,42 | | 500.000,00 | 837.014,28 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 25.020 | B.E.S. | 05.11.09 | 04.11.08 | 20 | | 152596 | 21.01.00 | Investimento (N) | 18.000.000,00 | 10.800.188,01 | 4,09509% | 1,698000% | | 39.341,57 | 39.341,57 | | 10.800.188,01 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2001329030003 | BPI | 30.09.09 | 23.06.09 | 15 | | 139269 | 14.10.09 | Investimento (N) | 5.000.000,00 | 1.463.743,61 | 2,45000% | 0,95200% | | | 0,00 | | 17.009.168,73 | 1.463.743,61 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Total/A transportar | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Limite do endividamento | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

b) A desagregação por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade.
c) Utilizar (1), ao efetuar o limite do endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N), no caso contrário.
* Isento de limite do endividamento, conforme o disposto no alínea c) de nº 8 do artigo 24º da Lei 42/99, de 6 de Agosto.

f. P. F }

8.2.12. Estes valores constam da relação entregue pela DAF/DPA/SP, supra referida, no que concerne às contas de:

↳ Imobilizações em poder de terceiros, com constituição de direito de superfície.

8.2.14. Estes valores constam da relação entregue pela DAF/DPA/SP, supra referida, no que concerne aos bens do imobilizado que não foram possíveis valorizar, uma vez que, por um lado, não havia conhecimento dos valores de aquisição ou construção e, por outro lado, não foi possível estabelecer critérios técnicos válidos e fiáveis para a sua elaboração.

8.2.15. Os bens do domínio público que não são objecto de amortização são os legalmente consagrados, como terrenos e recursos naturais não afectos à extracção, e os bens aos quais não foi possível atribuir valor, que constam da relação da Secção de Património referida no número anterior.

8.2.16. Participações Financeiras:

➤ **Águas do Algarve, S.A**

A empresa Águas do Algarve, S.A, com sede em Faro na Rua do Repouso n.º 10, código postal 8000 – 302, é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de Agosto, e surgiu por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. Essas sociedades foram constituídas, respectivamente, pelo Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de Junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de Agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93 de 5 de Novembro.

Com a criação pelo Decreto-Lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema, pelo Decreto-Lei n.º 172/B-2001 de 26 de Maio, e celebrado o contrato de concessão entre o Estado Português e a empresa em 26 de Maio de 2001.

Em 8 de Novembro e com a publicação do Decreto-Lei n.º 285/2003 foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, resultante da fusão dos sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 7 de Fevereiro de 2005, foi assinado o contrato de concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A.

O objecto social da Sociedade é “a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”.

O capital social da empresa, à data de 31 de Dezembro de 2009, era de € 29.825.000,00, sendo € 12.325.000,00 da área de negócio de tratamento de água e € 17.500.000,00 da área de negócio do saneamento. O valor nominal de cada acção é de € 5,00. Em 31 de Dezembro faltava realizar € 1.295.437,00 relativos ao aumento de capital social.

Este Município detém, no âmbito dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água, 119.520 acções (que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos), sendo 60.980 acções da classe A e 58.540 da classe B, correspondendo a 4,85% do capital social, no valor de € 597.600,00.

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, a empresa Águas do Algarve informou esta autarquia de um aumento de capital social da sociedade em € 16.367.850,00, a realizar em 2003 (30%), 2004 (35%) e 2005 (35%).

Com efeito, em Assembleia-geral de 19 de Março de 2003, foi deliberado o aumento do respectivo capital social, resultante da concessão, à empresa, do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. A repartição do capital social pelos diferentes municípios atendeu às percentagens originárias das sociedades Águas do Sotavento e Barlavento Algarvio, o que equivale, para esta autarquia, a 169.750 acções, cada uma no valor de € 5,00, perfazendo um total de € 848.750,00 (5,19%), valor este que ficou totalmente realizado em 2005.

Neste contexto, o Município de Albufeira detém 289.270 acções no valor total de € 1.446.350,00, o que equivale a 4,85% do Capital Social da empresa.

Da análise do relatório e contas referente ao exercício de 2009, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 480.922.967,03, o Volume de Negócios

1: 4. E 1

é de € 49.424.554,64, o Capital Próprio é de € 34.547.865,01 e o Resultado Líquido é de € 3.558.508,33.

➤ **ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A**

A empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com sede na Rua Cândido Guerreiro nº 43 – 3º frente, 8000-318 Faro, foi constituída formalmente pela publicação do Decreto-Lei nº 109/95, de 20 de Maio.

O capital social da empresa em 2008 é de € 7.500.000,00, correspondendo a 1.500.000 acções de valor nominal de € 5,00 cada.

O Município detém 84.900 acções da classe A, correspondendo a 5,66% do capital social, equivalente a € 424.500,00.

Tendo em atenção que o relatório de 2009 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2008 em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2008, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 53.387.780,31, o Capital Próprio é de € 10.731.447,88, o Volume de Vendas e Prestação de Serviços é de € 17.934.618,45 e o Resultado Líquido é de € 617.198,78.

O nível de facturação da ALGAR, decorrente do produto do seu processo produtivo, regista uma diminuição de 0,9% face ao ano anterior, e o Resultado Líquido do exercício observou uma variação negativa de 46,9% relativamente ao exercício anterior.

Para o Resultado Líquido apurado no exercício de 2008 no montante de € 617.198,78, foi proposta a seguinte aplicação: € 30.859,94 para Reserva Legal (5%), e € 586.338,84 para Dividendos a distribuir aos Senhores Accionistas, sendo que foi ainda estipulado que fossem distribuídos dividendos adicionais, de forma a remunerar os accionistas, no montante de € 19.667,44, advindos de resultados excedentários referentes a exercícios anteriores – Resultados Transitados.

Handwritten initials and numbers: 1, 7, 5, 9

➤ **POLISALBUFEIRA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.**

A POLISALBUFEIRA, Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis em Albufeira, S.A, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 52 – 1º Dto., 8200-002 Albufeira, foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2001, de 8 de Fevereiro.

Tem capital social no valor de € 8.500.000,00, subscrito na proporção de 60% pelo Estado (€ 5.100.000,00) e 40% pelo Município de Albufeira (€ 3.400.000,00); é representado por 8.500 acções nominativas com o valor de € 1.000,00 cada uma.

Em 16 de Maio de 2001, foi outorgado entre a Sociedade “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, e a “*Parque Expo 98, S.A*”, Contrato de Mandato, nos termos do qual a *PolisAlbufeira* concedeu à *Parque Expo*, mandato de representação, mediante retribuição, para prestação e conclusão, segundo instruções e directivas da mandante, de Serviços de Apoio e Assessoria Financeira, Apoio e Assessoria Jurídica, Divulgação e Conhecimento, Arquitectura e Ordenamento, Controlo e Planeamento e Engenharia e Fiscalização, visando a divulgação, coordenação global e gestão da Intervenção;

Nos termos daquele Contrato, a mandatária referenciada ficou responsável pelo fornecimento dos serviços necessários a uma gestão integrada de todas as actividades relativas à realização do Programa Polis de Albufeira, sendo que a vigência daquele terminava em Dezembro de 2007. Sucedeu, no entanto, que acordaram os outorgantes prorrogar a vigência daquele contrato até Setembro de 2008, atenta a previsão da necessidade de assegurar a conclusão de actividades ainda em curso, no âmbito da intervenção do Programa Polis. A prorrogação do mencionado *Contrato de Gestão Global*, acarretou a obrigação do pagamento, pela *Sociedade PolisAlbufeira* à *Parque Expo*, da quantia de € 446.304,00. A “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, encontrava-se em fase de liquidação, sendo o termo daquele processo fixado para 31 de Dezembro de 2008.

No decorrer do ano 2008, os accionistas acima mencionados aprovaram a realização de prestações suplementares de capital no montante total de € 446.304,00, a suportar pelos accionistas na proporção do capital social detido por cada um. O valor realizado pelo Município de Albufeira foi de € 178.521,60.

W. F. E. J.

Passa-se de seguida a uma breve análise do relatório e contas de 2007, tendo em conta que o relatório de 2009 ainda se encontra em fase de elaboração e o de 2008 ainda não está disponível, da qual se salientam os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 27.125.851,06, o Capital Próprio é de € 13.552.289,00, sendo o Resultado Líquido do Exercício nulo.

➤ **IMORTAL DE ALBUFEIRA FUTEBOL, S.A.D.**

O Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D., com sede no Estádio Municipal de Albufeira, tem como objectivo principal a participação na modalidade de futebol, em competições desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espectáculos desportivos e o desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

O município detém 9.976 acções da categoria B nominativas, cada uma no valor de € 5,00, o que perfaz um total de € 49.880,00.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2009 ainda se encontra em fase de elaboração e o de 2008 ainda não está disponível, analisaremos de seguida os dados referentes ao exercício de 2002, em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2002, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 5.007.244,50, o Capital Próprio é de € 1.606.163,57, sendo o Resultado Líquido do Exercício negativo em € 518.880,56.

➤ **GLOBALGARVE - Cooperação e Desenvolvimento, S.A.**

A empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., com sede na Rua Dr. José de Matos, nº 56 – 8000-502 Faro, é uma Sociedade Anónima com capitais maioritariamente públicos.

O objecto social da Sociedade é promover e executar acções relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente, estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infra-estruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a colectividades territoriais, acções de formação e acções internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação. Para a realização do seu

h. p. F. 1/1

objecto social a sociedade visa, ainda, a promoção e execução de projectos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento local, à criação de acções de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de acções visando o aproveitamento e potenciação de recursos (centro de empresas / inovação e negócios, ninhos de empresas e / ou instalações de mudança de escala, instalações de mudança de escala, instalações para produções colectivas de pequena escala, pólos ou parques tecnológicos ou científicos, parques de mercadorias, Indústria e Serviços, Oficinas Tecnológicas). Aspira, igualmente, aquela sociedade, para a realização do respectivo objecto social, a promoção e execução de projectos interinstitucionais, de informação, formação e desenvolvimento económico; a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional; promoção e execução de projectos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

O capital social da empresa em 2008 é de € 279.500,00 €, dividido em acções com o valor nominal de € 10,00 € cada uma, nos termos do constante dos respectivos estatutos.

Atento nos objectivos e fins prosseguidos pela referenciada sociedade, assim como nas múltiplas acções por aquela desenvolvidas em cumprimento do respectivo objecto social, subscreveu este Município de Albufeira o capital social daquela e, dessa forma, passando a integrar a mesma como accionista, mediante a subscrição de 100 acções nominativas, num valor total de Euros € 1.000,00.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2009 ainda se encontra em fase de elaboração analisa-se de seguida o relatório e contas referente ao exercício de 2008, salientando-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 2.168.536,40, o Volume de Negócios é de € 42.884,85, o Capital Próprio é negativo em € 379.072,36 e o Resultado Líquido é negativo em € 44.725,87.

8.2.19. Não foram encontradas diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

8.2.22. O valor global das dívidas de cobrança duvidosa ascende a € 2.966.702,72.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

8.2.26 - CONTAS DE ORDEM

| CONTAS | | Saldo da Gerência anterior | | Movimento Anual | | Saldo para a Gerência Sequinte | |
|------------------------------|--|----------------------------|-------------|----------------------|----------------------|--------------------------------|-------------|
| Código | Designação | Devedor | Credor | Devedor | Credor | Devedor | Credor |
| Garantias e Cauções | | | | | | | |
| 93 | Garantias e Cauções de Terceiros | | | | | | |
| 932 | Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas | 1.070.108,49 | | 734.623,97 | | 1.804.732,46 | |
| 9321 | Prestadas por Fornecedores de c/c | 1.416,86 | | | | 1.416,86 | |
| 9322 | Prestadas por Fornecedores de Imobilizado | 1.068.691,63 | | 734.623,97 | | 1.803.315,60 | |
| 9323 | Prestadas por Outros Credores | | | | | | |
| 933 | Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas | | | | 642.098,80 | | 642.098,80 |
| 9331 | Devolvidas a Fornecedores de c/c | | | | | | |
| 9332 | Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado | | | | 642.098,80 | | 642.098,80 |
| 9333 | Devolvidas a Outros Credores | | | | | | |
| 934 | Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas | | | | | | |
| 9341 | Accionadas a Fornecedores de c/c | | | | | | |
| 9342 | Accionadas a Fornecedores de Imobilizado | | | | | | |
| 9343 | Accionadas a Outros Credores | | | | | | |
| | Total de Garantias e Cauções | 1.070.108,49 | 0,00 | 734.623,97 | 642.098,80 | 1.162.633,66 | 0,00 |
| Recibos para Cobrança | | | | | | | |
| 92 | Recibos para Cobrança (Receita Virtual) | | | | | | |
| 921 | À responsabilidade do Tesoureiro | 2.582.010,50 | | 2.566.624,30 | 1.417.447,52 | 3.731.187,28 | |
| 922 | À responsabilidade de Outros Agentes | 2.487.203,25 | | 10.825.536,00 | 11.998.316,48 | 1.314.422,77 | |
| | Total de Recibos para Cobrança | 5.069.213,75 | 0,00 | 13.392.160,30 | 13.415.764,00 | 5.045.610,05 | 0,00 |
| | Total | 6.139.322,24 | 0,00 | 14.126.784,27 | 14.057.862,80 | 6.208.243,71 | 0,00 |

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e respectivos movimentos ocorridos durante o ano em apreço, de acordo com o seguinte quadro:

| Código das Contas | | Saldo inicial | Aumento | Redução | Saldo final |
|-------------------|---|---------------|------------|-----------|--------------|
| 19 | Provisões para aplicação de tesouraria | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 291 | Provisões para cobranças duvidosas | 1.642.114,32 | 799.834,56 | 10.666,53 | 2.431.282,35 |
| 292 | Provisões para riscos e encargos | 110.171,44 | 0,00 | 0,00 | 110.171,44 |
| 39 | Provisões para depreciação de existências | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 49 | Provisões para investimentos financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

8.2.28. O Resultado líquido do Exercício de 2008 foi de € 878.505,18. Foi aprovado, na prestação de contas de 2008, a transferência de 5% desse valor para a conta 571 –

“Reservas Legais” no valor de € 43.925,26, sendo que o restante, no valor de € 834.579,92, foi registado na conta 59.

8.2.29. O valor dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, como segue.

| Movimentos | Mercadorias | Matérias-primas subsidiárias e de consumo |
|-------------------------------|---------------------|---|
| Existências iniciais | 37.628,98 | 689.389,31 |
| Compras | 3.967.720,91 | 462.052,71 |
| Regularizações de existências | 0,00 | 0,00 |
| Existências finais | 74.639,74 | 671.536,74 |
| Custos no exercício | 3.930.710,15 | 479.905,28 |

8.2.31.

Demonstração de Resultados Financeiros

| Cód. das Contas | Custos e Perdas | Exercícios | | Cód. das Contas | Proveitos e Ganhos | Exercícios | |
|-----------------|---|---------------------|---------------------|-----------------|---|---------------------|---------------------|
| | | 2009 | 2008 | | | 2009 | 2008 |
| 681 | Juros suportados | 727.026,75 | 936.243,15 | 781 | Juros obtidos | 204.917,83 | 689.612,64 |
| 682 | Perdas em entidades participadas | 0,00 | 0,00 | 782 | Ganhos em entidades participadas | 0,00 | 0,00 |
| 683 | Amortizações de investimentos em imóveis | 0,00 | 0,00 | 783 | Rendimentos de imóveis | 2.115.789,95 | 2.024.490,66 |
| 684 | Provisões para aplicações financeiras | 0,00 | 0,00 | 784 | Rendimentos de participações de capital | 361.655,20 | 117.943,02 |
| 685 | Diferenças de câmbio desfavoráveis | 0,00 | 0,00 | 785 | Diferenças de câmbio favoráveis | 0,00 | 0,00 |
| 687 | Perdas na alienação de aplicações de tesouraria | 0,00 | 0,00 | 786 | Descontos de pronto pagamento obtidos | 0,00 | 0,00 |
| 688 | Outros custos e perdas financeiros | 3.515,03 | 4.902,23 | 787 | Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria | 0,00 | 0,00 |
| | Resultados Financeiros | 1.951.821,20 | 1.890.900,94 | 788 | Outros proveitos e ganhos financeiros | 0,00 | 0,00 |
| | Total..... | 2.682.362,98 | 2.832.046,32 | | Total..... | 2.682.362,98 | 2.832.046,32 |

8.2.32.

Demonstração dos Resultados Extraordinários

| Cód. das Contas | Custos e Perdas | Exercícios | | Cód. das Contas | Proveitos e Ganhos | Exercícios | |
|-----------------|--|---------------------|---------------------|-----------------|--|---------------------|---------------------|
| | | 2009 | 2008 | | | 2009 | 2008 |
| 691 | Transferências de capital concedidas | 437.903,85 | 1.705.445,53 | 791 | Restituições de impostos | 0,00 | 0,00 |
| 692 | Dívidas incobráveis | 0,00 | 0,00 | 792 | Recuperação de dívidas | 0,00 | 0,00 |
| 693 | Perdas em existências | 0,00 | 0,00 | 793 | Ganhos em existências | 0,00 | 0,00 |
| 694 | Perdas em imobilizações | 6.229,82 | 36.990,70 | 794 | Ganhos em imobilizações | 223.292,65 | 132.205,67 |
| 695 | Multas e Penalidades | 1.046,97 | 48.774,94 | 795 | Benefícios de penalidades contratuais | 271.562,80 | 290.457,18 |
| 696 | Aumentos de amortizações e de provisões | 0,00 | 0,00 | 796 | Reduções de amortizações e de provisões | 10.666,53 | 568.942,66 |
| 697 | Correcções relativas a exercícios anteriores | 100.615,17 | 255.176,48 | 797 | Correcções relativas a exercícios anteriores | 142.768,54 | 19.013,62 |
| 698 | Outros custos e perdas extraordinárias | 22.108,91 | 203.520,54 | 798 | Outros proveitos e ganhos extraordinários | 1.034.915,71 | 826.358,18 |
| | Resultados extraordinários | 1.115.301,51 | -412.930,88 | | Total..... | 1.683.206,23 | 1.836.977,31 |
| | Total..... | 1.683.206,23 | 1.836.977,31 | | Total..... | 1.683.206,23 | 1.836.977,31 |